



Joaquim Pinheiro  
Carmen Soares  
(coords.)

# PATRIMÓNIOS ALIMENTARES DE AQUÉM E ALÉM-MAR

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

SAÚDE E DIETA ALIMENTAR.  
OS DOENTES ASSISTIDOS PELA MISERICÓRDIA  
DE POMBAL (1850-1910)  
Health and Food Diet. Patients Assisted by  
*Pombal Misericórdia, 1850-1910*

RICARDO PESSA DE OLIVEIRA  
Universidade de Évora  
CIDEHUS<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente texto pretende estudar-se a alimentação ministrada aos doentes internados no hospital da Misericórdia de Pombal, na segunda metade do século XIX e primeira década da centúria seguinte, período em que foram admitidos nesse espaço centenas de indivíduos.

Através dos registos da instituição, procurar-se-á analisar os alimentos consumidos pelos enfermos, comparando a realidade do estabelecimento em apreço com espaços congéneres do passado, portugueses e estrangeiros. Por outro lado, além de aspectos ligados à confecção das refeições, à bateria de cozinha e ao serviço de mesa, importará tentar compreender as estratégias da irmandade relativas a esta matéria e, por último, tentar avaliar a real importância da dieta alimentar para a cura ou melhoria dos internados.

**PALAVRA-CHAVE:** Alimentação, Hospital, Misericórdia, Pombal, século XIX.

**ABSTRACT:** In this text we intend to study the food given to patients admitted to the hospital of Pombal Misericórdia, in the second half of the nineteenth century and the first decade of the following century, a period in which hundreds of individuals were admitted into this space.

Through the institution's records, efforts will be made to analyze the food consumed by the sick, comparing the reality of the establishment in question with similar spaces of the past, Portuguese and foreign. On the other hand, in addition to aspects like preparing meals, kitchen utensils and tableware, it is worth trying to understand the strategies of Misericórdia, concerning this matter and, finally, attempt to evaluate the real importance of diet for healing or improving the hospitalized ones.

**KEYWORDS:** Food, Hospital, Misericórdia, Pombal, XIX century.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013

## I. O HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE POMBAL

Fundada em data desconhecida mas com existência documentada em Agosto de 1628<sup>2</sup>, a Santa Casa da Misericórdia de Pombal veio, à semelhança de muitas congéneres, a anexar e a administrar o único hospital existente na vila<sup>3</sup>. Embora desconheçamos o momento exacto em que a instituição assumiu a responsabilidade pela assistência hospitalar já o fazia em 1670, ano em que encontramos Francisco Gonçalves, natural e morador em Pombal, de 60 anos de idade, como “ospitaleiro do ospital da mizericordia desta villa”<sup>4</sup>. Localizado na rua do Espírito Santo<sup>5</sup>, paredes-meias com a igreja da instituição e com a casa do despacho, era um espaço bastante reduzido com manifesta falta de condições, no qual eram recolhidos doentes e pobres em trânsito, ainda que provavelmente em divisões distintas, não tendo, ao que tudo indica, sofrido grandes alterações até ao final do século XVIII.

No início da centúria seguinte, após uma grave epidemia que assolou a região, a Misericórdia erigiu e administrou um novo hospital, com capacidade para seis doentes, espaço que funcionou entre 1802 e 1808<sup>6</sup>, tendo o avolumar de despesas e o acumular de dívidas acabado por ditar o encerramento do espaço. Nos anos imediatos, pese a contradição das fontes estudadas, a irmandade continuou a assegurar alguma assistência hospitalar, providenciando três ou quatro camas, na casa do hospital, para recolher e tratar outros tantos enfermos<sup>7</sup>. Entretanto, foram sendo realizadas obras no edifício, sem que tal significasse uma melhoria efectiva das condições. Em 1858, o administrador do concelho ao relatar as limitações do estabelecimento afirmou tratar-se de “uma pequena Caza de Mezericordia [...] á qual não posso chamar hospital, tem ambito para receber trez ou quatro doentes e os rendimentos d’ella que não chegão a 300\$000 reis não podem supprir as necessidades de tantos desgraçados”<sup>8</sup>.

Em 1864 e em 1871, tiveram lugar novas intervenções no edifício, que incluíram a construção de uma nova enfermaria, na casa da tribuna. Ainda

---

<sup>2</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)-OrdSac 192: não numerado.

<sup>3</sup> Sá 2002: 24-27. Sobre a Misericórdia de Pombal cf., Mora 2010; Oliveira 2016.

<sup>4</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)-CGSO, Hab, António, mç. 8, doc. 326: 21v; ANTT-CGSO, Hab, Manuel, mç. 26, doc. 600: 15v-17.

<sup>5</sup> A 30 de Abril de 1796, a confraria das Almas emprestou 80.000 réis a juro a Joaquim Manuel da Silva e sua mulher, Joana Maria do Carmo, moradores em Pombal. Entre os bens obrigados pelo casal figuraram “humas cazas na rua do Espirito Santo desta mesma villa que partem do Nascente com o ospital da Mezericordia e do Puente com Joaquim Antonio da Rocha da mesma villa”, cf. Arquivo Distrital de Leiria (ADL)-RegNot, Pombal, V-103-E-34: 61-63.

<sup>6</sup> ANTT-DesPaço, Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1560, doc. 9.

<sup>7</sup> ANTT-DesPaço, Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1560, doc. 9.

<sup>8</sup> ADL-GovCiv, CorrespAdmConc, III-47-E-1: não numerado.

assim, a capacidade do espaço manteve-se insuficiente. As enfermarias eram de tal forma reduzidas que as camas estavam “quaze juntas” o que impossibilitava o vigário “de poder ouvir debaixo de cygillo (*sic*) as declarações em acto de confissão dos enfermos em p[e]rigo de vida”<sup>9</sup>. A esse aspecto acrescia a insalubridade do edifício, já que as casas destinadas para o efeito, além de térreas, eram pequenas, húmidas, sem ventilação e destituídas de todas as condições higiénicas<sup>10</sup>.

As décadas de 70 e de 80 do século XIX ficaram marcadas pelo desejo de construir um novo hospital, tendo sido delineados distintos projectos. Como todos os planos gizados acabaram por fracassar, em 1879, os irmãos deliberaram proceder à reedificação completa do hospital<sup>11</sup>, tendo os trabalhos decorrido entre 1882 e 1884. No entanto, apenas funcionaria naquele local até 22 de Março de 1889, data em que foi instalado num solar notável, situado no largo da Ponte Pedrinha, doado para o efeito, um ano antes, por D. Emília Godinho Valdez<sup>12</sup>. Entre outras benfeitorias o imóvel possuía um jardim, com várias árvores de fruto e um poço de água nativa, com pia de pedra. Por sua vez, o quintal possuía um alpendre para recolher lenha, um forno para cozer pão e uma pia de água para serviço da cozinha<sup>13</sup>. Apesar das condições terem melhorado substancialmente a capacidade do espaço continuou a ser bastante limitada. Em Novembro de 1900, em resposta a um ofício do administrador do concelho, afirmou-se que o hospital tinha apenas quatro camas<sup>14</sup>. Anos depois, em 1907, a irmandade mandou reparar dois quartos existentes nas dependências do edifício, para que pudessem servir de isolamento a enfermos com doenças contagiosas<sup>15</sup>.

## 2. OS DOENTES

Os primeiros registos de hospitalizados datam de Junho de 1867. Entre essa data e Dezembro de 1910, contabilizámos 1.622 registos de entradas de doentes no hospital<sup>16</sup>. O estabelecimento foi procurado tanto por homens

<sup>9</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (ASCMP)-LivAct (1871-1878): 17.

<sup>10</sup> ADL-GovCiv, CorrespAdmConc, III-47-E-2: não numerado. Mora 2010: 69.

<sup>11</sup> ASCMP-LivAct (1878-1884): 10-10v.

<sup>12</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 32v-33 e 38-40v. Sobre as questões relativas à doação, cf. Mora 2010: 76-79.

<sup>13</sup> ADL-RegNot, Pombal, V-104-A-56: 33-33v.

<sup>14</sup> ASCMP-RegCorrespExp: 117.

<sup>15</sup> ASCMP-LivAct (1903-1910): 51v-52.

<sup>16</sup> O movimento de enfermos foi superior. Através do cruzamento de dados foi possível localizar indivíduos que foram hospitalizados e que não constam nos registos de doentes da Santa Casa. Foi o caso de Jacinto Freire, natural e morador no Souto, freguesia de Pombal, casado com Maria Gonçalves, trabalhador. Segundo os registos esteve internado duas vezes: de 24 de Outubro de 1888 a 16 de Novembro de 1888 e de 6 de Fevereiro de 1889 a 19 de Fevereiro do

como por mulheres. Ainda assim, existiu um ligeiro predomínio de doentes do sexo masculino: 56,8 %, contra 43,2 % de mulheres. Os internados eram maioritariamente solteiros e residentes no concelho de Pombal. Posto que tenham sido internados doentes de praticamente todas as idades, o universo em estudo era constituído essencialmente por gente adulta, com destaque para os enfermos com idade igual ou superior a 50 anos, grupo etário que representou 26,8 % do total de admitidos. Ainda assim, o grupo constituído pelas crianças e pelos jovens não deixou de ser particularmente relevante, tendo atingindo uma percentagem de 29,6. Relativamente ao estatuto socioprofissional, estamos em presença de gente pertencente a baixos estratos sociais, com destaque para os indivíduos ligados ao sector agro-pastoril (25,5 %) e à criadagem (21,8 %). Por sua vez, os pobres e os marginais representaram 7,3 % do total de admitidos. Entre os primeiros foram arrolados 84 mendigos, 23 pobres, dois pedintes e um indigente. Quanto aos marginais, as fontes assinalaram cinco vadias e três prostitutas. A clientela hospitalar era, portanto, como em espaços congêneres de outras localidades, maioritariamente constituída por gente pobre. De resto, apenas uma minoria tinha capacidade para pagar o internamento<sup>17</sup>.

O movimento de entrada de doentes não foi uniforme. A década de 70 do século XIX foi aquela que registou maior número de entradas, com a admissão de 623 doentes: 348 do sexo masculino e 275 do sexo feminino. Seguiu-se a década de 80 com a hospitalização de 415 indivíduos: 213 homens e 202 mulheres. Durante essas duas décadas, destaque para o período compreendido entre 1873 e 1881, em que foram hospitalizados, em média, 73 doentes por ano. A malária, associada à insalubridade dos arrozais, representou um grave problema de saúde pública no concelho de Pombal, tendo concorrido para o aumento de internamentos ocorrido nesse período<sup>18</sup>. Posteriormente o número de doentes admitidos decresceu bastante de tal forma que, entre 1886 e 1910, a média anual foi apenas de 26.

A maioria dos doentes teve alta hospitalar. O tratamento aplicado a 79,5 % das mulheres foi bem-sucedido. No que respeita aos homens, a taxa de cura foi ainda mais elevada, já que 81,4 % dos admitidos alcançaram a cura

---

mesmo ano. Através dos registos paroquiais verificou-se que voltou a ser internado uma terceira vez, já que faleceu naquele espaço a 25 de Julho de 1889, cf. ADL-RegParoq, Pombal, Óbitos, IV-42-E-30: 15v. Refira-se ainda que a 27 de Abril de 1872, a Santa Casa pagou 2.360 réis à enfermeira de dietas para cinco doentes existentes no hospital, cf. ASCMP-DiaRecDesp (1871-1874): 44. Ora, segundo os registos de doentes, à data apenas estavam internados três enfermos.

<sup>17</sup> Veja-se, por exemplo, ASCMP-DiaRecDesp (1895-1905): 22v, 29v, 44v, 85v e 174v; ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 6v 18v e 19v.

<sup>18</sup> A propósito da cultura do arroz em Portugal, cf., a síntese apresentada por Castro 1984: 479-481. Para o período em análise, cf. Vaquinhas 1996: 159-177. Sobre a doença, nesse período, cf. Saavedra 2010. Para Pombal, cf. Oliveira 2016.

ou, pelo menos, registaram melhoras a ponto de possibilitar a alta hospitalar. Quanto à duração do internamento, entre os que tiveram alta, a maior parte, tanto homens como mulheres, permaneceu hospitalizada entre oito e 29 dias<sup>19</sup>. Bastante significativos foram ainda os internamentos entre um e três meses.

### 3. A DIETA ALIMENTAR

A dieta alimentar foi, a par do receituário prescrito pelos facultativos, uma das grandes responsáveis pela elevada taxa de cura registada no hospital<sup>20</sup>. Até meados do século XIX, os dados sobre as refeições ministradas aos doentes foram bastante parcos. Por exemplo, no ano económico de 1841/42, os registos referiram ter sido despendidos 930 réis com a alimentação de António Marques, morador na vila, durante o período em que esteve hospitalizado. No entanto, não foram discriminados os géneros consumidos e a verba incluiu azeite para iluminação do espaço<sup>21</sup>. Por sua vez, em Setembro de 1842, a Misericórdia gastou 360 réis com a aquisição de azeite, carneiro e pão para repasto de um doente, residente no lugar do Escoural, não individualizando as quantidades adquiridas<sup>22</sup>. No mesmo ano económico, de 1842/43, foram ainda despendidos 3.530 réis com a alimentação de Francisco Alves de Moura, doente que permaneceu no hospital durante 40 dias. Açúcar, arroz, galinhas e pão constituíram a dieta desse enfermo<sup>23</sup>. Mais uma vez, não foram indicadas as porções consumidas. Já em 1860/61, foram adquiridos 290 réis de vaca e 110 réis de marmelada para dois doentes internados no hospital<sup>24</sup>.

A partir da década de 70, os diários de receita e despesa passaram a registar com rigor os gastos com dietas. Ainda assim, na esmagadora maioria das ocasiões foram apenas referidos os totais despendidos. Por esse motivo, as referências aos géneros consumidos são excepcionais, caso de uma galinha comprada em Março de 1874, para Gerarda da Conceição, recolhida no hospital<sup>25</sup>. Só no final da primeira década do século XX, é que começaram a ser discriminados os alimentos, as quantias e, por vezes, as quantidades adquiridas. Quanto à composição das dietas, ordinárias e extraordinárias, e

---

<sup>19</sup> A mesma realidade foi registada, em idêntico período, em distintos hospitais, cf. Correia 2013: 95-96; Silva 2014: 130.

<sup>20</sup> Nos últimos anos, a historiografia portuguesa tem dedicado alguma atenção às dietas alimentares praticadas em contexto hospitalar, ao longo do século XIX. Refiram-se, entre outros, os trabalhos de Lopes 2000: 655-667; Lopes 2012: 147-164; Araújo 2012: 113-131; Esteves 2012: 133-146. A propósito das dietas praticadas noutros espaços da Península Ibérica, no mesmo período, veja-se, por exemplo, Gómez Rodríguez 1991: 397-441.

<sup>21</sup> ASCMP-LivRecDesp (1828-1871): 62.

<sup>22</sup> ASCMP-LivRecDesp (1828-1871): 68v.

<sup>23</sup> ASCMP-LivRecDesp (1828-1871): 68v.

<sup>24</sup> ASCMP-LivRecDesp (1828-1871): 106.

<sup>25</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1871-1874): 163; ASCMP-RegEntSaiDoe (1867-1881): 29.

aos horários das refeições, distintos no Verão e no Inverno, a inexistência de regulamentos hospitalares e de folhetos de rações não permitiu apurar dados significativos.

Como se sabe, a dieta alimentar dos grupos menos favorecidos era pouco diversificada, sendo essencialmente constituída por pão, hortaliças, legumes e vinho. A fruta era consumida com regularidade, ainda que pouco diversificada. Pelo contrário, o consumo de carne era pouco significativo, o mesmo sucedendo com o peixe, com excepção das zonas costeiras<sup>26</sup>. De resto, a má alimentação, decorrente quer da pouca variedade de géneros quer do mau estado de conservação de alguns deles, originava e potenciava enfermidades diversas<sup>27</sup>, realidade comprovada pelos registos da irmandade pombalense. De facto, os livros de entrada e de saída de doentes demonstram que vários sofriam de carências alimentares. Apresentem-se alguns casos. Manuel Gaspar, morador no lugar Ranha de Cima, freguesia de Pombal, casado, de 65 anos de idade, trabalhador de enxada, internado em Fevereiro de 1877, além de pleurodinia manifestou sintomas de “debilidade por falta de alimentação suficiente”<sup>28</sup>. Já Luís Ferreira, natural de Vale da Lama, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, casado, de 30 anos de idade, também ele trabalhador de enxada, hospitalizado em Dezembro de 1878, apresentava sinais de anemia profunda, consequência de uma febre não tratada e de alimentação insuficiente<sup>29</sup>. Do mesmo mal sofria a pombalense Maria da Encarnação, solteira, de 55 anos, costureira, admitida no hospital em Junho de 1886, já que a sua alimentação era insuficiente e de má qualidade<sup>30</sup>. Refira-se, por último, o caso de Ana Maria, casada, de 37 anos, moradora no lugar da Estrada, freguesia de Pombal, trabalhadora agrícola, internada no ano seguinte, com diarreia resultante de irregularidades na dieta alimentar<sup>31</sup>. Se alguns doentes estavam debilitados devido a carências alimentares, havia quem estivesse enfraquecido por outros motivos, caso de José Maria, solteiro, de 44 anos de idade, proveniente de Montemor-o-Novo, internado em Fevereiro de 1905, durante seis dias, por estar cansado da longa viagem empreendida<sup>32</sup>.

Presente em todas as mesas, ainda que de qualidades e de preços distintos, o pão constituía uma das bases da alimentação. De resto, este foi o género em que a irmandade pombalense despendeu mais dinheiro. Na segunda metade do século XIX, o fornecimento de pão aos internados no hospital

---

<sup>26</sup> Marques 1991: 626; Braga 2000: 78.

<sup>27</sup> Braga 2005: 206. Embora o livro se reporte a Setecentos, esta realidade manteve-se na centúria seguinte.

<sup>28</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1867-1881): 71.

<sup>29</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1867-1881): não numerado.

<sup>30</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1881-1906): não numerado.

<sup>31</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1881-1906): não numerado.

<sup>32</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1881-1906): não numerado.

da Misericórdia de Pombal esteve, durante vários anos, a cargo do padeiro José Pinto, morador na vila. Em Abril de 1884, confrontada com a oferta de Joaquim Rodrigues Leitão, que propunha fornecer aquele produto, com o abatimento de 10 por cento, a Mesa, atendendo a “que o fornecedor do pão foi sempre Jozé Pinto” decidiu informá-lo da proposta recebida. Ao comparecer na casa do despacho, José acordou em praticar a mesma redução, pelo que continuou a prestar aquele serviço<sup>33</sup>. Se a opção dos mesários parece, à partida, evidenciar o agrado pela qualidade do produto fornecido, convém ter em conta outro elemento que certamente pesou na decisão<sup>34</sup>. É que José Pinto era irmão da Santa Casa, desde 30 de Junho de 1875, ou seja, há quase uma década<sup>35</sup>. Desconhecemos até quando é que este indivíduo continuou a abastecer o hospital. Certo é que no ano económico de 1907/08, e até final do período em estudo, aquele alimento era fornecido pelo padeiro Joaquim Augusto da Silva, casado, residente em Pombal, também ele irmão da Misericórdia<sup>36</sup>.

A aquisição de pão fazia-se mediante a entrega de dinheiro e não de trigo, como sucedia por exemplo na Misericórdia de Vila Viçosa<sup>37</sup>, sendo que, por norma, o pagamento era efectuado no início do mês seguinte<sup>38</sup>. Entre Outubro de 1907 e Junho de 1910, os registos possibilitam aferir os gastos com este alimento. A despesa mensal variou bastante, tendo sido registado um máximo de 15.630 réis, relativos aos meses de Janeiro, Fevereiro e primeiros três dias de Março de 1909, ou seja, cerca de 7.800 réis por mês, e um mínimo de 1.770 réis, respeitantes a Julho do mesmo ano<sup>39</sup>. Além do adquirido ao padeiro, é plausível que, pontualmente, a enfermeira cozesse uma fornada de pão, já que o solar onde foi instalado o hospital, em Março de 1889, possuía os meios necessários para o fazer.

A carne ocupou um lugar de relevo na dieta alimentar dos enfermos. Entre as de matadouro figuraram o carneiro e a vaca, espécies adquiridas com regularidade e em quantidades idênticas. Entre 28 de Dezembro de 1907 e 30 de Maio de 1908, foram consumidos 49 quilogramas de vaca (10.780 réis)<sup>40</sup>; enquanto de 1 de Dezembro de 1907 a 30 de Junho de 1908, foram

<sup>33</sup> ASCMP-LivAct (1878-1884): 148.

<sup>34</sup> Pelo contrário, noutros hospitais a qualidade do pão motivou diversas queixas, cf. Castro 2008: 295; Araújo 2010: 188-190.

<sup>35</sup> Estudos já realizados demonstram que era usual encontrar irmãos e mesmo mesários entre os fornecedores dos géneros, cf. Araújo 2010: 197-199.

<sup>36</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 52-80; ASCMP-LivAct (1884-1903): 69.

<sup>37</sup> Cf., por exemplo, Araújo 2010: 188-190.

<sup>38</sup> Esta talvez tenha sido uma das condições impostas pela Misericórdia no que respeita ao fornecimento do pão. Sobre as exigências da Santa Casa bracarense, cf. Castro 2008: 293-296.

<sup>39</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 67 e 72.

<sup>40</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 58.



comprados 50,5 quilogramas de carneiro (8.010 réis)<sup>41</sup>. Por sua vez, no ano económico de 1909/10, foram adquiridos 84,5 quilogramas de vaca e 81,5 quilogramas de carneiro, o que teve um custo total de 33.430 réis<sup>42</sup>. Se na maior parte das ocasiões era o enfermeiro que comprava a carne no açougue, sendo posteriormente ressarcido, as fontes analisadas revelam que durante um breve período o fornecimento terá sido arrematado. Em Outubro de 1907, os 12 quilogramas de vaca ministrados aos enfermos foram fornecidos pelo pombalense Manuel Henriques, o que importou em 2.640 réis. Por sua vez, os 19,5 quilogramas consumidos nos meses de Novembro e de Dezembro do mesmo ano, que representaram uma despesa de 4.290 réis, foram fornecidos por Júlio de Almeida, residente na mesma vila. Já a carne de carneiro consumida entre 1 de Novembro de 1907 e 30 de Junho do ano seguinte, cuja importância ascendeu a 9.210 réis, foi fornecida por Joaquim da Silva, morador em Pombal.

Com alguma frequência, eram ainda confeccionadas aves de criação, tendo sido registada a compra de galinhas, frangos e frangões. Tratava-se de um tipo de carne reservada para os doentes mais débeis incapazes de suportar refeições mais pesadas<sup>43</sup>. Através dos registos da Misericórdia foi possível verificar que, na década de 70, do século XIX, o preço de uma galinha variava entre 280 e 340 réis<sup>44</sup>, enquanto um frangão custava cerca de 180 réis<sup>45</sup>. As referências à carne de porco são praticamente nulas, já que apenas por uma ocasião foi mencionado o consumo de toucinho<sup>46</sup>. Se várias Misericórdias possuíram capoeiras e rebanhos, procurando dessa forma poupar nos gastos com a aquisição de alimentos, a Santa Casa de Pombal não adoptou essa estratégia. Aliás, a documentação estudada demonstrou que alguns dos animais recebidos, provenientes de foros ou de quaisquer outros meios, eram vendidos, ao invés de serem consumidos no hospital. Em 1870/71, foi vendido um frangão por 80 réis<sup>47</sup>. No ano económico seguinte, a venda de galinhas, provenientes de foros, rendeu 560 réis<sup>48</sup>. Em Junho de 1875, foram carregados em receita 100 réis, resultantes da venda de um frangão<sup>49</sup>. Por sua vez, em 1878/79, a venda

---

<sup>41</sup> Acrescente-se que nove quilogramas de carneiro haviam sido adquiridos a 150 réis o quilo; e 41,5 quilogramas a 160 réis o quilo, cf. ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 60.

<sup>42</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 80.

<sup>43</sup> Lopes 2000: 666.

<sup>44</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1871-1874): 20, 32 e 163; ASCMP-DiaRecDesp (1874-1878): 11. Sobre o preço dos géneros vendidos no mercado de Pombal entre 1833 a 1924, cf. o quadro apresentado por Pinto 2010: 124. Para outros locais, cf., por exemplo, Ferreira 1972.

<sup>45</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1871-1874): 75.

<sup>46</sup> Pelo contrário, em Vila Viçosa, os doentes comiam porco e raramente vaca, cf. Araújo 2012: 124.

<sup>47</sup> ASCMP-LivRecDesp (1869-1905): 5v.

<sup>48</sup> ASCMP-LivRecDesp (1869-1905): 7v

<sup>49</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1874-1878): 39v.

de duas galinhas gerou uma receita de 480 réis<sup>50</sup>. Mais tarde, em Novembro de 1884, entraram no cofre 1.680 réis, importância de cinco galinhas e dois frangões, que a autoridade administrativa mandara entregar na Santa Casa, com aplicação às despesas do hospital<sup>51</sup>.

O consumo de peixe encontra-se igualmente documentado. Embora as fontes não discriminem as espécies piscícolas adquiridas, nem tão-pouco individualizem as quantidades e as quantias despendidas, sabemos que estava presente na dieta alimentar ao longo do ano e não apenas no período quaresmal<sup>52</sup>, até porque a privação de carne e seus derivados não era imposta aos hospitalizados<sup>53</sup>. Pese a escassez de dados, é seguro afirmar que as quantidades adquiridas seriam bastante reduzidas<sup>54</sup>. A 1 de Dezembro de 1907, a Santa Casa pagou 2.220 réis à enfermeira Guilhermina de Jesus de frangos, de hortaliça e de peixe fornecidos para dietas dos doentes tratados no hospital<sup>55</sup>. No último dia desse mês, a mesma mulher recebeu mais 1.100 réis relativos à compra de hortaliça e de peixe<sup>56</sup>. Por sua vez, em Fevereiro do ano seguinte, a dita assalariada auferiu 2.560 réis de frango, hortaliça, ovos, peixe e vinagre fornecidos para o hospital no mês de Janeiro<sup>57</sup>. Ou seja, dada a insignificância da despesa realizada com a compra de peixe, este era arrolado juntamente com outras miudezas. A propósito dos locais de venda refira-se que, no início do século XX, posto que existisse um espaço apropriado para a venda de sardinhas e de peixe fresco no largo do Arnado, continuava a ser possível adquirir esses produtos no largo do Pelourinho, local que não reunia as condições necessárias para o efeito, o que motivou a preocupação das autoridades locais<sup>58</sup>. Mencione-se ainda que alguns derivados de peixe eram empregados como medicamento, caso do óleo de fígado de bacalhau, rico em ómega 3 e fonte de vitaminas A e D, receitado a vários enfermos, entre os quais o preso José Alexandre, hospitalizado em Fevereiro de 1878, com reumatismo muscular no braço esquerdo e na coxa direita<sup>59</sup>.

---

<sup>50</sup> ASCMP-LivRecDesp (1869-1905): 25.

<sup>51</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1878-1887): 147v.

<sup>52</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 53 e 54. A propósito do consumo de peixe, ainda que para um período anterior, cf. Braga 2004: 35-59; Braga 2007: 241-250. Para a segunda metade do século XIX, cf. Braga 2004: 122. A propósito dos espécimes existentes nos rios e ribeiras no actual concelho de Pombal, cf. Oliveira 2012: 105.

<sup>53</sup> *Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra* 1591: 41-42.

<sup>54</sup> A mesma realidade foi registada no Hospital da Convalescença, em Coimbra, na segunda metade do século XVIII, cf. Lopes 2000: 656.

<sup>55</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 53.

<sup>56</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 54.

<sup>57</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 54.

<sup>58</sup> Pinto 2010: 153.

<sup>59</sup> ASCMP-LivReceituário (1877-1881): não numerado.

No que respeita a bebidas mencione-se a água, o leite e o vinho<sup>60</sup>. Durante vários anos, a água proveio de uma fonte pública o que, por vezes, obrigava a despesas extraordinárias com o seu transporte. Em 1859/60, além da compra de vários asados para conduzir a água da fonte, foram despendidos 80 réis com o carroto da bebida<sup>61</sup>. A partir de 1875, ano da criação do lugar de enfermeiro ajudante, essa tarefa passou a ser da competência desse assalariado o que, evidentemente, não era do seu agrado. Por esse motivo, no final de Setembro de 1884, o indivíduo que ocupava o lugar, de seu nome Manuel Caetano de Figueiredo, marido da enfermeira, requereu uma pessoa para conduzir a água necessária aos gastos do hospital<sup>62</sup>, pedido que acabou indeferido. Posteriormente, com a mudança de instalações, ocorrida em Março de 1889, o hospital, como já referimos, passou a contar com um poço de água, localizado no jardim. Cabe referir que o receituário prescrito aos doentes podia incluir o consumo de águas terapêuticas, tendo sido registadas, entre outras, as alcalinogosas das Pedras Salgadas e de Vidago<sup>63</sup>. De igual forma, o vinho também foi empregado como medicamento, tendo sido receitado vinho de Bucelas e de Carcavelos, a par de outros vinhos de mesa não identificados, além de vinho do Porto<sup>64</sup>. Em 1879, um periódico local, ao criticar as receitas prescritas pelo facultativo Miguel Pinto Cota Coelho de Araújo, acusando-o de gastos excessivos, deu conta da prescrição de vinho do Porto, acrescentando que “para os doentes ja lhe não servem os de preço mais baixo, ha de ser do mais fino”<sup>65</sup>. Reportava-se, certamente, aos vinhos generosos e superiores, de 400 réis, diversas vezes preceituados<sup>66</sup>.

Outra bebida profusamente consumida no hospital foi o leite, cuja primeira referência datou de Fevereiro de 1891<sup>67</sup>. Tendo em conta as dietas de outros espaços hospitalares é bastante plausível que fosse bebido com café, ao almoço. Nos hospitais da Universidade de Coimbra, cujo folheto de dietas e rações foi solicitado pela Misericórdia de Pombal em 1883<sup>68</sup>, o café com leite, servido ao almoço, continha 0,10 litros de leite, 20 gramas de café moído e 27 gramas de açúcar<sup>69</sup>. De igual forma, na mesma cidade, no hospital da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, a partir de

---

<sup>60</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 5-5v; ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 68.

<sup>61</sup> ASCMP-LivRecDesp (1828-1871): 95-102.

<sup>62</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 5-5v.

<sup>63</sup> ASCMP-LivReceituário (1877-1881): não numerados; ASCMP-LivReceituário (1881-188): não numerados.

<sup>64</sup> ASCMP-LivReceituário (1877-1881): não numerados; ASCMP-LivReceituário (1881-188): não numerados.

<sup>65</sup> *O Progresso Pombalense*, ano 3, n.º 82, de 4 de Fevereiro de 1879.

<sup>66</sup> ASCMP-LivReceituário (1877-1881): não numerados.

<sup>67</sup> ASCMP LivAct (1884-1903): 51v. A respeito deste género alimentar, cf. BRAGA 2004.

<sup>68</sup> ASCMP-RegCorrespExp: 55-56.

<sup>69</sup> Simões 1882: 89, 94 e 102-104.

1890, leite com café era servido ao almoço<sup>70</sup>. Embora a aquisição de café e de chocolate jamais tenha sido mencionada, a compra de várias cafeteiras e o conserto de uma chocolateira evidenciam o consumo desses produtos<sup>71</sup>. Quanto ao tipo de leite fornecido, seria certamente de vaca ou de cabra, sendo ainda plausível a prescrição de leite de jumenta a determinados doentes, como sucedia nos hospitais da Universidade de Coimbra. Nesse espaço, em circunstâncias excepcionais, podia ser preceituado o consumo de 0,10 litros desse tipo de leite, alimento que não substituía qualquer artigo do almoço já que era considerado “mais de medicamento, do que d’alimento”<sup>72</sup>.

Na primeira década do século XX, o fornecimento do leite era arrematado<sup>73</sup>. Entre Outubro de 1907 e o final do período em estudo, o serviço foi prestado por José Domingues, estabilidade que parece indicar a qualidade do produto. Nos casos em que o escrivão precisou as porções consumidas, verificou-se terem sido gastos em média 30,4 litros por mês, ao preço de 80 réis cada litro<sup>74</sup>. Em Outubro de 1907, foram fornecidos 31 litros (2.480 réis); no mês seguinte, 32,5 litros (2.600 réis); tendo o consumo mais elevado sido registado no derradeiro mês desse ano e no de Janeiro de 1908, período em que foram consumidos 76,5 litros (6.120 réis). Nos meses seguintes a despesa foi inferior: em Fevereiro foram ingeridos cerca de 25,5 litros (2.040 réis); em Março e Abril, um total de 54,5 litros (4.360 réis); em Maio apenas 23,5 litros (1.880 réis); enquanto em Junho foram gastos 30 litros (2.400 réis)<sup>75</sup>.

No que toca aos vegetais, eram adquiridas regularmente hortaliças<sup>76</sup>, termo genérico que englobaria, entre outros, acelgas, brócolos, couve, couve-flor, couve-nabo, ervilhas, favas, feijão, grelos e nabos<sup>77</sup>. Apenas por uma ocasião foi mencionada a compra de cebolas<sup>78</sup>. Por norma, o valor despendido com a aquisição de hortaliças, sempre realizada pelos enfermeiros, surge agregado a outros bens alimentares. Quando individualizado, foi possível verificar que a despesa com este género de consumíveis era pouco significativa, nunca tendo atingido sequer os 1.000 réis mensais, o que de resto é visível no

---

<sup>70</sup> Silva 2014: 62, 169 e 200.

<sup>71</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1878-1887): 177; ASCMP-DiaRecDesp (1895-1905): 26, 51 e 131; ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 13.

<sup>72</sup> Simões 1882: 95 e 107. O mesmo sucedia, por exemplo, no hospital de Toledo, cf. Gómez Rodríguez 1991: 429.

<sup>73</sup> ASCMP-LivAct (1903-1910): 7. A propósito da produção e do abastecimento de leite no período em análise cf. Braga 2004: 45-50.

<sup>74</sup> Para o mês de Fevereiro apenas foi indicado o valor e não a litragem. Ainda assim, através de cálculos determinou-se terem sido consumidos 25,5 litros.

<sup>75</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 52, 53, 54, 56, 57, 58 e 59.

<sup>76</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 53, 54, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78.

<sup>77</sup> Simões 1882: 92.

<sup>78</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 57.

quadro abaixo. Curiosamente, os valores mais elevados foram registados nos meses de Inverno. Pelo contrário, no Verão e no Outono as hortaliças eram adquiridas em menores quantidades.

Quadro 1 - Gastos com hortaliças

Mês	Quantia (réis)
Janeiro de 1909	720
Março de 1909	940
Julho de 1909	560
Agosto de 1909	260
Outubro de 1909	300
Novembro de 1909	300
Janeiro de 1910	790

Fonte: Pombal, ASCMP, Diário da receita e despesa (1905-1932), fols 66, 67, 72, 73, 74 e 76.

O arroz, ainda que raras vezes mencionado, seria largamente consumido<sup>79</sup>. Pese desconhecermos as porções adquiridas e ministradas em cada ração, existe notícia de terem sido gastos quatro quilogramas numa única semana, quando estavam apenas três doentes hospitalizados<sup>80</sup>. Ainda assim, parte considerável teria sido gasta indevidamente pelos enfermeiros, como teremos oportunidade de verificar. Entre as gorduras utilizadas para a preparação das dietas figuraram o azeite e o toucinho. Quanto ao primeiro, era utilizado, na esmagadora maioria das ocasiões, o proveniente dos foros recebidos. Por exemplo, no ano de 1881/82, saíram do depósito 11,5 litros de azeite para consumo no hospital<sup>81</sup>; enquanto no ano seguinte foram entregues 3,5 litros à enfermeira, para o mesmo fim<sup>82</sup>. De referir ainda que, além da utilização culinária, o azeite foi empregado, até início dos anos 80 do século XIX, na iluminação do hospital, quando foi substituído por candeeiros a petróleo<sup>83</sup>. Quanto a condimentos, além do sal<sup>84</sup>, existem referências ao uso de vinagre<sup>85</sup> e de vinho<sup>86</sup>. São de referir ainda o consumo de ovos<sup>87</sup> e a ausência de fruta que, durante este período, jamais foi assinalada. Por último, assinale-se a prescrição de açúcar a determinados enfermos, casos de Rosa, menina de

<sup>79</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 54.

<sup>80</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 51v.

<sup>81</sup> ASCMP-LivRecDesp (1869-1905): 41.

<sup>82</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1878-1887): 120.

<sup>83</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1878-1887): 46.

<sup>84</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 57.

<sup>85</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 54 e 57.

<sup>86</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 68.

<sup>87</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 54.

nove anos de idade, filha de pais incógnitos que havia sido exposta da roda de Pombal, internada em Janeiro de 1875, com “febres intermitentes”, a quem foram ministradas 90 gramas<sup>88</sup>; ou de João Baptista, pedreiro, de 30 anos de idade, natural de Ponte de Lima, a quem, entre outros medicamentos, foram prescritos 60 gramas de açúcar<sup>89</sup>. Por vezes, existe informação sobre o tipo de açúcar adquirido, designadamente açúcar-cândi, em pedra e em pó<sup>90</sup>. Tenhamos presente que de acordo com a concepção hipocrático-galénica, os alimentos eram utilizados como fármacos, reforçando-se, desse modo, a dieta do paciente.

Na primeira década do século XX, o grosso da despesa realizada com alimentos pertenceu ao pão, à carne (carneiro e vaca) e ao leite. Em 1907/08 os gastos com esses três géneros representaram 48,8 % do total da despesa com alimentação<sup>91</sup>; em 1908/09, 81 %; e em 1909/10, 70,4 %. Se a estes valores somássemos a importância das aves adquiridas, impossível de apurar por surgir, na maior parte das ocasiões, agregada a outros itens, as percentagens seriam ainda mais elevadas. Particularmente relevante foi ainda a percentagem despendida com mercearias, não discriminadas, adquiridas na loja de *Joaquim Luís Lente & Sobrinho*, estabelecimento que, como tantos outros à época, vendia, além de produtos alimentares, ferragens e quinquilharias<sup>92</sup>. Em 1907/08, a irmandade gastou, no referido estabelecimento, 35.712 réis, “importancia de generos fornecidos para o hospital”<sup>93</sup>. No ano económico seguinte, entre 2 de Janeiro e 31 de Março de 1909, foram consumidos 16.895 réis de mercearias<sup>94</sup>. Por sua vez, a 30 de Junho de 1910, a Misericórdia pagou ao mesmo comerciante 34.510 réis, de “mercearia fornecida para os doentes internados”, durante esse ano económico<sup>95</sup>.

Embora desconheçamos a composição exacta das diferentes dietas ministradas, foi clara a preocupação em proporcionar aos internados uma alimentação rica em proteína animal, tendência semelhante à registada noutros espaços hospitalares, quer em Portugal quer no estrangeiro<sup>96</sup>. Tratava-se de

---

<sup>88</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1867-1881): 40v-41; ASCMP-LivReceituário (1875-1877): não numerado.

<sup>89</sup> ASCMP-RegEntSaíDoe (1867-1881): 40v-41; ASCMP-LivReceituário (1875-1877): não numerado.

<sup>90</sup> ASCMP-LivReceituário (1875-1877): não numerados.

<sup>91</sup> Só a partir de Outubro de 1907 é que os registos passaram a discriminar os valores gastos com estes três géneros. Por esse motivo, a percentagem foi necessariamente superior.

<sup>92</sup> *O Cardal. Echo da Aldeia. Hebdomadario Litterario, Noticioso e Recreativo*, ano 1, n.º 1, de 10 de Outubro de 1895.

<sup>93</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 52 e 60-61.

<sup>94</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 70.

<sup>95</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 80.

<sup>96</sup> Lopes 2000: 655-667; Araújo 2012: 124; Esteves 2012: 140-141; Gómez Rodríguez 1991: 397-441.

uma dieta que procurava fornecer aos doentes géneros a que, por norma, não tinham acesso, tais como o leite, a carne de vaca e a de carneiro. Para se ter uma ideia, no início do século XX, a população agrícola do concelho de Pombal tomava, por norma, três refeições por dia, compostas de pão de milho, caldo de legumes ou sardinha ou carne de porco<sup>97</sup>. Em média, a ração alimentar diária de um adulto, que tinha um custo de 160 réis, incluía 1.200 gramas de pão de milho, 1.000 gramas de legumes verdes, 125 gramas de legumes secos, 500 gramas de batatas, 60 gramas de sardinha salgada e 50 gramas de azeite. A carne, sempre de porco, era consumida duas vezes por semana, num total de 100 gramas diários. Esta dieta fornecia 831,55 gramas de hidratos de carbono, 160,87 gramas de albuminoides, 90,25 gramas de gordura e 34,45 gramas de sal, garantindo em termos calóricos cerca de 4606,438 calorias<sup>98</sup>. Era considerada uma população “bastante robusta e resistente, com excepção de alguns sítios pantanosos ou onde a cultura do arroz predomina, nos quaes o sesonismo faz bastantes estragos”<sup>99</sup>.

O valor anual despendido com as dietas dos hospitalizados variou bastante ao longo do período em análise. O ano de 1889/90 foi aquele em que foi despendido mais dinheiro em dietas, a saber 300.306 réis, o que representou 24,7 % do total da despesa desse ano. Pelo contrário, em 1892/93 foram gastos apenas 81.205 réis com a aquisição de alimentos para os internados, o que representou 10,8 % do total da despesa. Menos significativas foram as percentagens calculadas para os anos de 1882/83 (84.095 réis) e de 1883/84 (107.840 réis), a saber 5,7 % e 6,1 %, respectivamente. Se aos gastos com alimentos somássemos a despesa realizada com a compra de lenha, necessária à confecção das dietas, as percentagens seriam ainda mais significativas.

Além do número de hospitalizados, outros factores contribuíram para as variações registadas, designadamente a situação financeira da Santa Casa. Assim, em períodos de maior dificuldade a instituição tentou abreviar, ao máximo, a permanência de enfermos no hospital e limitar os gastos com dietas. Por exemplo, em Outubro de 1881, a Santa Casa, por proposta de Hermenegildo de Andrade Pessoa Pimentel, presidente da comissão administrativa, que então governava a Santa Casa, decidiu oficial aos facultativos pedindo que “empregassem todos os meios para que não fosse muito duradoura a sua permanencia [doentes no hospital] e mesmo quanto a dietas fossem quanto possível diminutas”<sup>100</sup>.

Como a Misericórdia não dispunha de cozinheira, as refeições eram preparadas pela enfermeira que, como já referimos, adquiria parte dos

---

<sup>97</sup> Nazareth 1909: 18.

<sup>98</sup> Nazareth 1909: 17.

<sup>99</sup> Nazareth 1909: 18.

<sup>100</sup> ASCMP-LivAct (1878-1884): 103.

alimentos e o combustível necessário, sendo posteriormente ressarcida. Por exemplo, no mês de Julho de 1871, a irmandade pagou 9.050 réis à enfermeira Mariana Alves de Araújo de dietas para os enfermos internados no hospital e 880 réis de lenha necessária à confecção dos alimentos<sup>101</sup>. Décadas depois, a 1 de Maio de 1908, o tesoureiro da Casa pagou 1.570 réis à enfermeira Guilhermina de Jesus de cebolas, frangos, hortaliça, sal e vinagre consumidos no mês de Abril<sup>102</sup>.

Até 1880, não existia ligação entre as enfermarias e a cozinha, pelo que a enfermeira era obrigada a atravessar o pátio para servir as refeições “tendo de resistir aos rigores do Inverno, com grave prejuizo para a sua saúde e talvez para os mesmos doentes”<sup>103</sup>. Por esse motivo, a 30 de Outubro desse ano, os mesários acordaram ligar os dois espaços, abrindo uma porta e telhando a área entre a cozinha e a enfermaria das mulheres<sup>104</sup>. De referir ainda que, para confecção dos alimentos, a Santa Casa adquiriu, no ano económico de 1897/98, um fogão no estabelecimento de *José Luís da Cunha & Irmão*, pela quantia de 21.900 réis<sup>105</sup>, equipamento considerado de grande utilidade “não só pelo lado económico mas também pelo asseio e facilidade com que ali se preparam e conservam os caldos e outros alimentos a fornecer aos doentes tratados no seu hospital”<sup>106</sup>.

Segundo um inventário realizado em Maio de 1870, para alimentação da clientela hospitalar existiam seis pratos de louça de bandel, igual número de tigelas, sendo quatro do mesmo tipo de louça, três colheres de ferro, dois garfos do mesmo material, dois copos de vidro, uma caneca de louça, para beber água, e um pequeno púcaro de lata. Pouco depois, em finais de 1873, outro inventário deu conta de 24 pratos de bandel, 18 tigelas, nove garrafas de diferentes cores e tamanhos, seis colheres, igual número de garfos, cinco canecas, três colheres de chá e duas panelas de lata.

O desgaste a que as peças de louça estavam sujeitas obrigava a uma renovação constante. Por esse motivo, nos anos seguintes, abundaram referências a gastos do género. Por exemplo, em Outubro de 1876, foram comprados 24 pratos, 12 tigelas e seis garfos<sup>107</sup>; enquanto em Novembro de 1897, foram adquiridas 21 tigelas e 18 pratos na loja de Luís Gaspar, morador no lugar da Calvaria, mas com estabelecimento de louça em Pombal<sup>108</sup>. Além da adquirida,

---

<sup>101</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1871-1874): 10-15.

<sup>102</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 57.

<sup>103</sup> ASCMP-LivAct (1878-1884): 65.

<sup>104</sup> ASCMP-LivAct (1878-1884): 65-65v.

<sup>105</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1895-1905): 76. A propósito de inovações introduzidas nos fogões de cozinhar, cf. Marques 1991: 625.

<sup>106</sup> ASCMP-RegOrç (1891-1905): 53.

<sup>107</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1874-1878): 100.

<sup>108</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1895-1905): 55.



há a registar a oferta de uma caixa contendo várias colecções de louça, doada em 1882, por Duarte Ferreira Pinto Basto, director da fábrica da *Vista Alegre*<sup>109</sup>. Relativamente a talheres refira-se a aquisição no ano de 1880, de seis facas, igual número de garfos, outras tantas colheres de sopa e colheres de chá<sup>110</sup>; ou ainda os sete garfos, com cabo de osso, e as seis colheres de sopa, compradas em Outubro de 1900, na loja de Joaquim Luís Lente, em Pombal<sup>111</sup>. No que toca à bateria de cozinha, foi registada a compra de panelas, cafeteiras e o conserto de uma chocolateira. Noutros casos, os trastes adquiridos não foram discriminados. Assim, em Setembro de 1908, a irmandade pagou 1.080 réis a José Raul da Silva, de Pombal, de utensílios de cozinha que forneceu para o hospital no mês de Setembro<sup>112</sup>; e em Junho do ano seguinte, despendeu mais 1.700 réis em utensílios de cozinha feitos pelo mesmo indivíduo<sup>113</sup>.

#### 4. ESTRATÉGIAS ADOPTADAS PELA IRMANDADE

Com o intuito de regulamentar a prescrição das dietas e evitar excessos, tanto da parte dos médicos como da dos enfermeiros, foram tomadas diversas medidas. Em Agosto de 1883, a Mesa, preocupada com a forma como os facultativos prescreviam as receitas e as dietas, procurou regularizar a situação de acordo com o praticado noutros espaços hospitalares. Para tal solicitou o envio de formulários de medicamentos e de folhetos de rações de vários hospitais, designadamente do hospital de São José, em Lisboa, dos hospitais da Universidade de Coimbra, do hospital de Santarém e dos hospitais administrados pelas Misericórdias da Figueira-da-Foz e de Leiria<sup>114</sup>. Mais tarde, em Março de 1887, os facultativos foram convidados a participar numa sessão extraordinária, a fim de tratar das dietas dos enfermos<sup>115</sup>. No entanto, desconhecemos os resultados dessa reunião. Por sua vez, em Fevereiro de 1904, o médico passou a ter de prescrever as dietas por escrito, enquanto o enfermeiro foi obrigado a apresentar, todas as segundas e sextas-feiras, a nota das dietas prescritas, ao cartório<sup>116</sup>. Pouco depois, a 5 de Setembro de 1908, determinou-se que o mordomo do hospital<sup>117</sup> organizasse as contas

---

<sup>109</sup> *O Pombalense*, ano 6, n.º 246, de 18 de Abril de 1882.

<sup>110</sup> ASCMP-LivAct (1878-1884): 70.

<sup>111</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1895-1905): 119.

<sup>112</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 63.

<sup>113</sup> ASCMP-DiaRecDesp (1905-1932): 68.

<sup>114</sup> ASCMP-RegCorrespExp: 54v-56.

<sup>115</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 24.

<sup>116</sup> ASCMP-LivAct (1903-1910): 6v.

<sup>117</sup> Eleito entre os mesários, por períodos de três meses, tinha como tarefa fiscalizar todos os assuntos relativos ao estabelecimento, cf. ADL-GovCivil, Lic. e Fisc, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 01-III-74-D-4 [*Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*, cap. 7, artigos 25 a 30]

semanais para que a Mesa pudesse ser informada a cada reunião, devendo estar particularmente atento ao receituário e à prescrição das dietas<sup>118</sup>.

Semelhantes medidas visaram reduzir custos e acautelar possíveis abusos praticados pelos assalariados, designadamente pelos enfermeiros, como já sucedera no passado, nalguns casos com a conivência dos facultativos. A 6 de Junho de 1867, Joana Rita, enfermeira da Casa desde 26 de Janeiro de 1865, fora despedida porque, além de maltratar os doentes “com expeções desabridas” e receber mal os pobres transeuntes que procuravam hospedagem na Misericórdia, tinha por hábito consumir parte das dietas destinadas aos enfermos<sup>119</sup>. Anos depois, em Abril de 1891, foi a vez de Mariana Alves de Araújo e o seu marido e ajudante Manuel Caetano de Figueiredo serem despedidos<sup>120</sup>. Entre o vasto rol de queixas constou o consumo indevido das dietas que eles próprios preparavam, afirmando serem destinadas a doentes. Indagado sobre o assunto, o médico, a quem cabia assinar tais documentos, acabou por declarar que condescendia com o enfermeiro e que as dietas eram excessivas. Para se ter uma noção dos excessos praticados, numa única semana, “para tres doentes que regularmente estão no hospital, um dos quaes está a leite, e só a leite, e um outro a caldos de gallinha”<sup>121</sup> haviam sido consumidos quatro quilogramas e meio de vaca, igual medida de carneiro, um quilograma de toucinho e quatro quilogramas de arroz<sup>122</sup>. A passagem transcrita, além de elucidar sobre os excessos cometidos, permite verificar a existência de vários tipos de dieta, entre as quais uma dieta láctea e uma outra de caldos<sup>123</sup>.

## 5. CONCLUSÃO

O sucesso do pequeno hospital administrado pela Santa Casa da Misericórdia de Pombal deveu-se em grande medida à alimentação ministrada aos hospitalizados, o que foi igualmente comum em outros espaços congéneres do passado. Como referimos, foram vários os enfermos que no momento da entrada no estabelecimento evidenciaram carências e irregularidades alimentares. Assim sendo, advinha-se o peso que as três refeições diárias ministradas aos hospitalizados (almoço, jantar e ceia) tinham na cura ou melhoria desses indivíduos.

O sustento dos doentes era realizado à base de pão, leite e carne, sobremaneira vaca e carneiro e menos aves de criação. Era portanto, uma alimentação

---

<sup>118</sup> ASCMP-LivAct (1903-1910): 76.

<sup>119</sup> ASCMP-LivAct (1862-1871): 53v.

<sup>120</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 51-54.

<sup>121</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 51v.

<sup>122</sup> ASCMP-LivAct (1884-1903): 51-52v.

<sup>123</sup> No hospital de Toledo, na segunda metade do século XIX, a dieta láctea era composta por dois litros de leite, distribuídos em doses iguais, três vezes ao dia, cf. Gómez Rodríguez 1991: 412.

similar à praticada noutros estabelecimentos hospitalares, existentes à época. De resto, a instituição em apreço procurou guiar a sua actuação, neste campo, pelos regulamentos e tabelas de outros espaços de maior dimensão, caso do hospital de São José, em Lisboa, e dos hospitais da Universidade de Coimbra, na cidade do Mondego. Através da análise dos géneros adquiridos verificou-se que a dieta ministrada era rica em proteína animal e possibilitava aos doentes o acesso a alimentos que raramente estavam presentes na sua mesa. Se a ausência de um regulamento hospitalar e de um folheto de rações não permitiu conhecer, pelo menos no plano teórico, a composição exacta dos diferentes tipos de dietas ministradas, foi possível apurar a existência de uma dieta láctea e uma de caldos, que obviamente eram destinadas a diferentes quadros clínicos.

Quanto à estratégia da irmandade, no que respeitou a esta matéria, ficou clara a tentativa de conter gastos excessivos, sobremaneira em períodos de maior dificuldade financeira. Nesse sentido, apelou para que os médicos fossem o mais parco possível na prescrição das dietas e procedeu à arrematação do fornecimento dos principais géneros consumidos. Intentou ainda dialogar com os facultativos e manter um controlo apertado sobre as despesas realizadas pelos enfermeiros, tanto mais que vários assalariados haviam evidenciado pouco zelo e honestidade, consumindo parte das dietas destinadas para os enfermos. Por outro lado, não obstante os problemas financeiros, a irmandade não deixou de empreender esforços no sentido de melhorar o local onde as refeições eram confeccionadas e a forma como as mesmas eram preparadas e conservadas.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes Manuscritas**

- Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Ordenações Sacerdotais, cx. 192, António Medeiros de Abreu.
- Leiria, Arquivo Distrital de Leiria (ADL), Governo Civil, Correspondência de Administradores do Concelho, cx. 5 (1848-1863), III-47-E-1.
- Leiria, ADL, Governo Civil, Correspondência de Administradores do Concelho, cx. 6 (1864-1885), III-47-E-2.
- Leiria, ADL, Governo Civil, Licenciamento e Fiscalização, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 01-III-74-D-4.
- Leiria, ADL, Registos Notariais, Pombal, V-103-E-34.
- Leiria, ADL, Registos Notariais, Pombal, V-104-A-56.
- Leiria, ADL, Registos Paroquiais, Pombal, Óbitos, IV-42-E-30.
- Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, António, mç. 8, doc. 326.

- Lisboa, ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Manuel, mç. 26, doc. 600.
- Lisboa, ANTT, Desembargo do Paço, Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1560, doc. 9.
- Pombal, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (ASCMP), Diário da receita e despesa (1871-1874).
- Pombal, ASCMP, Diário da receita e despesa (1874-1878).
- Pombal, ASCMP, Diário da receita e despesa (1878-1887).
- Pombal, ASCMP, Diário da receita e despesa (1895-1905).
- Pombal, ASCMP, Diário da receita e despesa (1905-1932).
- Pombal, ASCMP, Livro de actas (1862-1871).
- Pombal, ASCMP, Livro de actas (1871-1878).
- Pombal, ASCMP, Livro de actas (1878-1884).
- Pombal, ASCMP, Livro de actas (1884-1903).
- Pombal, ASCMP, Livro de actas (1903-1910).
- Pombal, ASCMP, Livro de receita e despesa (1828-1871).
- Pombal, ASCMP, Livro de receita e despesa (1869-1905).
- Pombal, ASCMP, Livro para receituário (1875-1877).
- Pombal, ASCMP, Livro para receituário (1877-1881).
- Pombal, ASCMP, Livro para receituário (1881-188).
- Pombal, ASCMP, Registo da correspondência expedida (1875-1935).
- Pombal, ASCMP, Registo de entrada e saída de doentes (1867-1881).
- Pombal, ASCMP, Registo de entrada e saída de doentes (1881-1906).
- Pombal, ASCMP, Registo de orçamentos (1891-1905).

### Fontes Impressas

- Cardal (O). *Echo da Aldeia. Hebdomadario Litterario, Noticioso e Recreativo*, ano 1, n.º 1, de 10 de Outubro de 1895.
- Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra (1591) Feytas & ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Senhor Dom Affonso de Castel Branco Bispo de Coimbra, Conde de Arganil & do Conselho del Rey Nosso Senhor &c.*, António de Mariz, Coimbra.
- Nazareth, P. D. (1909), “Estudo sobre a alimentação das classes trabalhadoras no continente de Portugal”, *Tuberculose. Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, ano 4, 19: 17-18.
- Pombalense (O)*, ano 6, n.º 246, de 18 de Abril de 1882.
- Simões, A. A. da C. (1882), *Dietas e Rações com Applicaçãõ aos Hospitaes da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra.

## Estudos

- Araújo, M. M. L. de (2010), *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República*, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Vila Viçosa.
- Araújo, M. M. L. de (2012), “Comer na cama: as refeições servidas aos doentes do hospital da Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX)”, in Araújo, M. M. L. de, et al. (coords.) *O Tempo dos Alimentos e os Alimentos no Tempo*, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Braga, 113-131.
- Braga, I. M. R. M. D. (2000), *Portugal à Mesa. Alimentação, Etiqueta e Sociabilidade 1800-1850*, Hugin, Lisboa.
- Braga, I. M. R. M. D. (2004), *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Colares Editora, Sintra.
- Braga, I. M. R. M. D. (2005), *Cultura Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Hugin, Lisboa.
- Braga, I. M. R. M. D. (2007), “La Place du Poisson et de Crustacés dans l’Alimentation des Portugais (XVIe-XVIIIe siècles)”, in Ridel, E., Barré, E., Zysberg, A. (dir.), *Les Nourritures de la Mer de la Criée à l’Assiette*, Centre de Recherche d’Histoire Quantitative, Caen, 241-250.
- Braga, P. D. (2004), *Leite. Biografia de um género alimentar*, Colares Editora, Sintra.
- Castro, A. de, (1984), “Orizicultura”, in SERRÃO, J. (coord.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Páris, Lisboa, Livraria Figueirinhas, Porto, 479-481.
- Castro, M. de F. (2008), *A Misericórdia de Braga. A Assistência no Hospital de S. Marcos*, vol. 4, Edição do Autor, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Braga.
- Correia, A. M. D. (2013), *A Assistência Médica no Concelho de Coruche: Instituições, Agentes e Doentes (1820-1910)*, Tese de Mestrado em História, especialização em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, exemplar mimeografado.
- Esteves, A. (2012), “Comer para sarar, sarar para comer: as dietas alimentares no hospital de Caminha no século XIX”, in Araújo, M. M. L. de, et al. (coords.) *O Tempo dos Alimentos e os Alimentos no Tempo*, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Braga, 133-146.
- Ferreira, J. A. P. (1972), *Preços de Géneros Alimentícios Comercializados nos Mercados do Porto no século XIX (1844-1899). Subsídios Estatísticos para a História Económica da Cidade*, Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Gómez Rodríguez, M. S. (1991), *El Hospital de la Misericordia de Toledo en el siglo XIX*, Tese de doutoramento em História da Farmácia e Legislação Farmacêutica, apresentada à Faculdade de Farmácia da Universidade Complutense de Madrid, exemplar mimeografado.
- Lopes, M. A. (2000), *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. 1. Palimage Editores, Viseu.
- Lopes, M. A. (2012), “Os hospitais de Coimbra a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII – meados do séc. XIX)”, in Silva, C. G. da (coord.), *História da Saúde e das Doenças*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto Alexandre Herculano, Lisboa, Torres Vedras, 147-164.

- Marques, A. H. de O. (1991), “Aspectos da Vida Quotidiana”, in J. Serrão e A. H. de O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. 11, Presença, Lisboa, 616-677.
- Mora, A. C. (2010, 2.<sup>a</sup> ed.), *Esboço Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, Pombal.
- Oliveira, R. P. de (2012), “A vila de Pombal no Século XVIII: População e Economia”, in Oliveira, R. P. de; Gomes, S. A., *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 11. Pombal*, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Palimage, Coimbra, 79-107.
- Oliveira, R. P. de (2016), *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, Pombal.
- Pinto, F. (2010), *Vereações da Câmara Municipal de Pombal 1812-1926 “Memórias que fazem História”*, Câmara Municipal de Pombal, Pombal.
- Sá, I. dos G. (2002), “As Misericórdias da fundação à União Dinástica”, in Paiva, J. P. (coord.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1. União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 19-45.
- Saavedra, M. A. de A. M. (2010), “*Uma Questão Nacional*”. *Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Antropologia Social e Cultural, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, exemplar mimeografado.
- Silva, A. M. D. da (2014), *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Coimbra (1851-1926)*, Tese de Mestrado em História, especialização em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, exemplar mimeografado.
- Vaquinhas, I. M. (1996), *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Edições Afrontamento, Porto.